

Futebol, identidade e as relações Brasil-Argentina: a luta simbólica pela hegemonia na América do sul

Beatriz Thomaz Carvvalho

Pertenencia Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo comparar as relações esportivas, mais especificamente futebolísticas e as relações políticas entre Brasil e Argentina. O futebol tem, por vezes, servido como uma ferramenta de política externa, veiculando uma imagem ou refletindo valores ou idéias políticas de um Estado. Uma vitória na Copa do Mundo pode ter significados muito além do esportivo, simbolizando a superação dos outros países termos políticos, econômicos, sociais ou até bélicos. A política externa, por sua vez, está calcada em diversos fatores, inclusive na identidade nacional, como defendem algumas correntes teóricas de Relações Internacionais. De posse da concepção de que o futebol foi uma ferramenta importante para a construção da identidade nacional brasileira, o presente trabalho pretende abordar a relação entre esse esporte e as relações entre Brasil e Argentina, procurando relacionar os campos esportivo e político.

Palabras claves: Futebol – Política Externa Brasileira – Argentina.

Abstract:

This article aims to compare the sports relationship, specifically focused on football and political relations between Brazil and Argentina. Football has sometimes served as a foreign policy tool, conveying an image reflecting

values or ideas or policies of a state. A victory in the World Cup may have meanings far beyond sports, symbolizing the overcoming of other countries political, economic, social or even war. Foreign policy, in turn, is grounded in several factors, including the national identity, as claimed by some theoretical schools of international relations. In possession of the view that football was an important tool for the construction of Brazilian national identity, this paper aims to address the relationship between the sport and the relations between Brazil and Argentina, linking sports and political fields.

Keywords:

Football – Brazilian Foreign Policy –Argentina

Introdução

O estudo da cultura tem atraído cada vez mais pesquisadores da área de Relações Internacionais. Concomitantemente a esse renovado interesse pela questão cultural, também é crescente a discussão sobre o papel da identidade na determinação do comportamento e da relação entre os Estados.

O presente ensaio tem por objetivo relacionar o futebol, a identidade brasileira e a relação entre Brasil e Argentina. Visto a importância desse esporte como uma ferramenta de construção da identidade nacional brasileira, se buscará relacionar o comportamento do Brasil no campo esportivo e em seu relacionamento político com a Argentina. Dessa forma, se pretende entender de que formas o futebol pode se relacionar com a relação política entre os Estados.

Cultura, identidade, interesses e política externa

Os teóricos realistas das Relações Internacionais geralmente dão pouca importância às questões culturais e de identidade. Para essa abordagem, o comportamento dos Estados é pautado apenas em termos de interesse de poder. Nesse cenário, as identidades seriam acessórios irrelevantes na determinação da relação entre os países na arena internacional. Por outro lado, para a corrente construtivista, a identidade estatal assume um papel de maior preponderância, visto que o mundo e os próprios interesses dos atores seriam socialmente construídos e não naturalmente determinados.

Judith Goldstein e Robert Keohane (2003, p.3-4) defendem a tese de que as idéias possuem uma importância significativa na formulação das políticas dos Estados, visto que estas ajudariam a explicar as ações humanas. As idéias podem ter diferentes funções na definição de políticas, como fornecer diretrizes que aumentam a clareza dos autores acerca de suas metas, afetar o resultado de

situações estratégicas onde não há equilíbrio ou até podem ser incorporadas a instituições políticas. Portanto, as idéias também seriam importantes, pois ajudariam a explicar resultados políticos, particularmente aqueles relacionados a política externa.

Em relação à identidade como determinante do comportamento do Estado, Ted Hopft (2000, p.1759-1760) afirma que a teoria construtivista entende que é a identidade dos Estados que determina suas preferências, interesses e ações. Cada país se define a partir uma determinada identidade e procura compreender os outros a partir da identidade que atribui a eles. Essas identidades seriam variáveis, dependeriam dos contextos históricos, culturais, políticos e sociais de cada local.

Alexander Wendt (1999) também enfatiza o papel das idéias na determinação dos interesses nacionais. A cultura forneceria o conhecimento compartilhado que guia e constrange a ação dos atores através, por exemplo, de leis, instituições ou ideologias, entre outras. A estrutura, no caso a cultura, seria constantemente reafirmada através das práticas reiteradas dos atores, que dariam legitimidade a essa forma estrutural. No entanto, para o autor, os agentes, no caso os atores, e a estrutura, se co-constituem, ou seja, ao mesmo tempo em que os atores são coagidos a agir de certa forma pela estrutura, eles também podem, até certo ponto, mudá-la através de suas ações. Nesse caso, o ator não é simplesmente um ser passivo que obedece cegamente ao que lhe é imposto, ele possui uma margem de manobra, mesmo que pequena, para realizar mudanças na estrutura na qual está inserido.

David Campbell (1998, p.10-11) entende a identidade como a base de legitimação do Estado. Esta seria uma questão de discurso, separado, portanto, do "mundo real". Esses discursos, segundo Campbell (1998, p.193-198), giram em torno da diferenciação entre o que é "inferior" e o que "superior", o que faz parte do grupo e o que está excluído

dele. A identidade, então, seria construída a partir da diferença: "(...) identity is constructed in relation to difference. (...) Difference is constituted in relation to identity". Dessa forma, as fronteiras de um país teriam um papel primordial na determinação da identidade nacional, separando o que está "dentro" do que está "fora", separando o "eu" do "outro".

A identidade, segundo David Campbell (1998, p. 10-11), não é algo estável, mas um fator em constante processo de reformulação. Para compreender esse processo, o autor entende uma diferença entre o que ele domina Política Externa e política externa. Segundo ele, a Política Externa serve para reproduzir a constituição da identidade estatal propiciada pela política externa. Essa última tem como objetivo prover os discursos e as interpretações que permitem lidar com a ambigüidade e a contingência, ou seja, lidar com o mundo. Já a Política Externa está preocupada em reproduzir essa identidade instável no nível estatal e conter os desafios a essa identidade resultante (CAMPBELL, 1998, p.68-70). Dessa forma similar a Wendt (1999), Campbell (1998) entende que a política externa dos Estados tanto constrói a identidade nacional quanto a reproduz, sendo, portanto, um fator importante na determinação do comportamento dos Estados.

Para outros autores, como Nizar Messari (2001, p.227-228), a identidade não precisa ser construída só através do antagonismo, mas também da aproximação positiva. Dessa forma, a identidade política está sendo constantemente produzida e reproduzida através do contato com aliados e inimigos. De posse da idéia de que agente e estrutura são co-constituídos, ou seja, ambos determinam um ao outro e nenhum tem precedência, ele acredita que são as "práticas de discurso" que permitem a representação do "mundo lá fora". Essas representações discursivas do "outro" é que permitem as representações do "eu".

As partir das idéias dos autores acima, podemos inferir que existe uma relação entre as identidades, os interesses e a política externa dos Estados. As identidades são importantes na definição dos interesses, que por sua vez, determinam o comportamento do Estado na arena internacional. Ao mesmo tempo, esse não é um processo de via única, porque, a política externa tanto reproduz uma identidade já previamente definida – entretanto mutável – quanto ajuda a redefinir a mesma. Portanto, tanto as idéias quanto as identidades possuem uma influência na determinação das políticas do Estado, ao mesmo tempo em que essas últimas, resultantes da interação das entre as primeiras, também irão influenciar na redefinição constante das identidades e interesses. Dessa forma, levando em consideração a idéia construtivista da co-constituição entre agente e estrutura, as idéias e identidades tanto influem na política externa quanto a mesma influi nas primeiras, num eterno processo de co-constituição e redefinição.

O futebol e a definição da identidade nacional brasileira

O futebol pode constituir um elemento importante na formação da identidade nacional. Como destaca Eric Hobsbawm (2004, p.170-171), durante o entre guerras, principalmente o futebol passou a ser um espetáculo de massa onde pessoas e times se digladiavam simbolizando seus respectivos Estados-nação. Os times representavam a unidade dos Estados e as disputas regulares serviam como válvula de escape para as tensões grupais. Dessa forma, o esporte passou a ser uma expressão da luta nacional, com jogadores que representam suas respectivas nações ou Estados, tornando esse um meio de inculcar sentimentos nacionalistas.

Como um esporte de massa, a paixão evocada pelo futebol pode contribuir para a constituição do que Benedict Anderson (2008, p.32-33) denomina "comunidade

imaginada”.¹ Posto isto, pode-se imaginar que um time de futebol possa constituir uma “comunidade imaginada”, afinal, os membros de sua torcida são em demasiado número para que se conheçam, mas ao mesmo tempo se sentem parte de algo único e unidos por um laço muito forte e, no entanto, invisível. A paixão pela seleção nacional só aumenta e fortalece a comunidade imaginada que constitui a nação.

O futebol, segundo Simoni Guedes (1998, p.23) tem servido como um veículo que comporta diferentes significações. Ele tem cumprido um papel de produção de experiências coletivas para a vivência de uma “comunidade moral de brasileiros”, como afirma a autora (1998, p.43). Esse esporte serviria com um catalisador de brasilidade e também poderia possuir utilizações políticas.

Segundo Lima e Santoro (2009), “(...) o futebol era a expressão de uma nacionalidade que se descobria feliz, e mundialmente prestigiada (...)”. A história desse esporte muitas vezes coincidiu com a história econômica e política do Brasil. Vitórias como as das copas de 1958, 1994 e 2002, representam momentos de mudanças internas importantes no país. Em 1958, o Brasil passava por um período de crescimento econômico e político internacional, com a construção de Brasília e a execução o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Em 1994, Fernando Henrique era eleito presidente. O Brasil implantava uma nova moeda e deixava para trás a inflação. Entretanto, a situação econômica voltou a se complicar em 1998, ano em que a seleção brasileira perdeu a Copa para a França. Já em 2002, o país entrava em um período de grande crescimento econômico e se consagrava pentacampeão mundial de futebol.

¹ A nação é a grande “comunidade imaginada segundo Anderson (2008). Ela é imaginada porque seus membros não se conhecem, mas sentem-se parte de um mesmo todo, uma mesma comunhão.

Portanto, a Copa é o tempo de ver a nação através do futebol. Guedes (1998, p.20-21) aponta o fenômeno da correspondência entre a seleção brasileira e o povo brasileiro. Segundo a mesma, a avaliação do time se confunde com a avaliação do povo, o que faz com que as vitórias sejam interpretadas como triunfos da capacidade da nação e as derrotas sejam reconhecidas como denúncias da indigência do seu povo.

Entretanto, para que esse processo de identificação ocorra, é necessária a criação de “contrastes”, em outras palavras, um “outro”, com o qual “nós” possamos nos diferenciar. A nação do “outro” também é reificada, assim como a brasileira, passando a representar a totalidade de seus países. Dentro desses processos de construção de identidade interna e externa é que são construídas as identidades contrastivas (GUEDES, 1998, p.49-52). A partir daí criam-se as rivalidades.

A criação do outro é uma estratégia de diferenciação para a definição da própria identidade. A imagem que os brasileiros têm dos argentinos é de um povo soberbo que se imagina europeu e não latino-americano. Esses entendem o futebol argentino como descendente do “raçudo” e tático futebol europeu, enquanto o estilo brasileiro é latino, representa a paixão e o talento individual. Este estereótipo é usado para diferenciar-se de seu vizinho. Entretanto, ao mesmo tempo, a visão argentina sobre seu futebol é exatamente contrária à brasileira. Os argentinos acreditam que seu estilo de futebol seja “criollo” e, assim como o brasileiro, diferente do europeu, marcado pela habilidade e criatividade. Ambos idealizam seu estilo de jogo, seu estilo de país, o contrastando com um “outro”, o comparando a outro estilo de jogar (LIMA, 2010).

A imprensa esportiva possui um papel importante nessa correspondência de representações entre a seleção e povo brasileiro. Segundo Guedes (1998, p.45) a imprensa produz

“(...) os discursos matrizes que são reinterpretados ou reproduzidos em diferentes setores da sociedade”.

Dessa forma, o jornalismo esportivo poderia desempenhar um papel importante na construção da identidade, por exemplo, acirrando a rivalidade futebolística. Ao analisar os discursos da mídia em relação as seleções brasileira e argentina de futebol, Ronaldo Helal e Hugo Lovisolo (2007, p.2), concluíram que criou-se um imagem e um “estilo de jogo” particular para cada uma dessas seleções, criando estereótipos e valores a serem defendidos por cada uma delas.

A tese dos mesmos é de que a identidade brasileira foi debilmente construída e se tornou demasiado dependente dos símbolos e valores que emanam do futebol. Portanto, a identidade nacional brasileira estaria muito calcada na marca de alteridade entre “nós” e os “outros”, que no caso se traduz muito bem na rivalidade entre Brasil e Argentina.

Gilberto Agostino (2006, p.58-59) aponta que a utilização do “outro” como contraponto a ser superado, torna a derrota deste a afirmação da vitória da coletividade nacional. Nesse contexto, os vizinhos do Prata representavam o primeiro horizonte futebolístico a ser superado. Dessa forma, o governo incitava o nacionalismo entre a população urbana e a pretensão de nação moderna passava pela superação dos modelos platenses. Assim como no futebol, o Brasil buscava aplicar políticas que ajudassem o país desbancar politicamente Buenos Aires e Montevideu como bastiões de valores europeus na América do Sul.² A vitória no futebol deveria ser acompanhada de uma vitória política e econômica brasileira, assegurando sua hegemonia no continente. Na primeira vez que as seleções de Brasil e Argentina se enfrentaram em 1908, a

opinião pública encarou o evento como o momento decisivo da afirmação nacional, visto o poder simbólico da disputa.

Futebol, política externa e as relações Brasil- Argentina

De acordo com Alexandre Mestre (p.2), o desporto é cada vez mais um instrumento das relações internacionais contemporâneas, pois reflete a política de seu tempo. A diplomacia esportiva, assim como a usual, tem o objetivo de defender os interesses estatais, traduzindo-se em contatos, institucionalizados ou não, com implicações nas relações bilaterais e multilaterais do tabuleiro mundial.

Ainda de acordo com Mestre (p.5), o esporte chega muitas vezes a substituir conflitos armados internacionais, visto que não implica prejuízos materiais. Dessa forma, os resultados de jogos podem reforçar ou enfraquecer a imagem de uma nação ou regime político aos olhos do estrangeiro. As equipes também, por vezes exteriorizam comportamentos que geram estereótipos (MESTRE, p.9).³“(...) o desporto funciona como um barômetro da evolução de uma nação e das suas relações com os outros, como índice da vitalidade e auto-estima de um povo.” (MESTRE, p.8)

O futebol na América do Sul no começo do século XX foi muitas vezes usado como um instrumento de diplomacia:

“No Brasil, não foram poucos os presidentes da chamada República Velha (1889-1930) que interferiram nos rumos do jogo, procurando promover através do esporte uma

² Um exemplo dado pelo autor é a reforma Pereira Passos (1902-1906), que tinha o objetivo de melhorar a cidade do Rio de Janeiro, frente às capitais da Argentina e Uruguai.

³ Guedes (1998, p.29) aponta o comportamento da impaciente, descontrolado, instintivo e espontâneo da seleção brasileira como corolário da imaturidade atribuída ao povo brasileiro e da predominância dos instintos sobre a razão. Vê-se aí a estereotipação dos brasileiros como instintivos e emotivos demais e a partir desse estereótipo cria-se uma imagem de Brasil, como país ainda imaturo, assim como seus jogadores.

imagem do país tida como positiva.” (AGOSTINO, 2002, p.42)

Em 1921, o presidente Epitácio Pessoa chegou a impedir a seleção brasileira de utilizar jogadores negros na disputa do campeonato sul-americano daquele ano. Isso porque o campeonato seria sediado na Argentina e o presidente temia que os jogadores negros brasileiros fossem alvo de racismo, o que desgastaria a imagem do Brasil (AGOSTINO, 2002, p.42). Mais do que isso, Epitácio Pessoa alegou que pretendia resguardar a identidade do negro brasileiro e até evitar um problema diplomático entre Brasil e Argentina (SANTOS, 2009, p.96).⁴

Como aponta Agostino (2006, p.60), o governo durante a República Velha deslocava para o campo de jogo uma série de embates estatais em relação a necessidade do Brasil de ocupar um papel de relevo na América do Sul, passando por cima de heranças imperiais e se afirmando como uma “nação européia” no hemisfério sul.

As heranças coloniais de rivalidade entre as coroas espanhola e portuguesa geravam uma desconfiança recíproca entre Brasil e Argentina. O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Barão do Rio Branco tinha o país vizinho como uma séria ameaça na luta pela hegemonia da América do Sul. A Argentina gozava nesse momento de uma crescente projeção econômica e política nos cenários regional e partir desse estereótipo cria-se uma imagem de Brasil, como país ainda imaturo, assim como seus jogadores. internacional (GONÇALVES e LYRIO, 2003,

p.9). A rivalidade no continente era muito grande, visto que nesse momento buscava-se não apenas a restauração do prestígio internacional do Brasil e a busca de uma supremacia compartilhada na América do Sul, mas também a definição dos problemas lindeiros⁵ na região (CERVO e BUENO, p.177).

O futebol, no começo da década de 1920, segundo Newton Santos (2009, p.70) possuía um significado de busca de entendimento entre as nações vizinhas, confraternização e paz. É justamente nesse momento em que as seleções nacionais começam a ser montadas e os campeonatos regionais criados com a intenção de aproximar os povos. Em 1914, o embaixador Argentino, Júlio Rocca, envia ao governo brasileiro uma proposta para a criação de uma competição futebolística com o objetivo de estabelecer um motivo de relações amistosas e propósitos comuns entre os dois países (AGOSTINO, 2006, p.61).

Nesse momento, independente dos resultados dos jogos, o clima entre as seleções de Brasil e Argentina era de respeito e cordialidade (SANTOS, 2009, p.86). Entretanto, como aponta Santos (2009, p.120), o futebol logo mostraria seu lado obscuro. Após uma confusão durante um jogo entre Brasil e Argentina, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, concluiu que o futebol não mais aproximava os povos e recomendou que a seleção brasileira não mais competisse nos torneios sul-americanos. Dessa forma, o Brasil não participou de nenhum jogo entre 1926 e 1929 e não enfrentou a seleção argentina até 1936.

O clima na América do Sul nesse momento é de contenção do armamentismo, principalmente entre Brasil e Argentina. Desde o período anterior o Brasil vinha se

⁴ O presidente brasileiro temia a repetição de um incidente ocorrido no ano anterior quando um jornalista uruguaio radicado na Argentina publicou um artigo intitulado “Monos en Buenos Aires – un saludo a los “ilustres hospedes”. A publicação foi acusada de racista e causou inúmeros problemas, visto que parte da seleção brasileira decidiu não jogar o jogo contra a argentina em represália ao artigo. O governo argentino, através de seu ministro do Exterior entrou com um processo judicial contra o jornal e exigiu a expulsão de seus redatores, todos de origem uruguaia (SANTOS, 2009, p.88-91).

⁵ Uma das principais contribuições de Rio Branco como chanceler foi a definição do território do Brasil. Os limites brasileiros com seus vizinhos foram todos firmados por meio de arbitramento (CERVO e BUENO, 200, p.196-197).

preocupando em manter sua marinha e exército bem preparados (CERVO e BUENO, 2002, p.200-202).

O futebol também teve um papel importante durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Gilberto Agostino (2002, p.142) ressalta que Vargas havia percebido a importância do futebol como um instrumento capaz de moldar a visão que o brasileiro tinha de si próprio, dessa forma, se tornou patrono da seleção brasileira.

O futebol brasileiro apareceria dentro da propaganda estadonovista como uma síntese da capacidade e originalidade brasileiras, assumindo uma função crucial nos valores ideológicos governamentais. A presença de negros era entendida como um símbolo da democracia racial brasileira (AGOSTINO, 2006, p.72).

Para Luis Carlos Ribeiro (2003) o Estado Novo varguista empreendeu um processo de construção de uma nova identidade nacional, repensando a sociedade como um todo, com o objetivo de redefinir conceitos como povo e nação. Nesse contexto, Mauricio Drumond (2010, p.38) acredita que o futebol tinha uma importância estratégica de mediador entre indivíduos e identidades:

"Ao se tornar símbolo pátrio, o esporte associaria todos os cidadãos sob um mesmo signo, sob uma mesma comunidade imaginada. (...) Assim, a identificação dos governos com os esportes seria um importante instrumento de construção de uma identificação da nação com sua liderança." (DRUMOND, 2010, p.79)

Com a interrupção dos campeonatos intercontinentais devido a II Guerra Mundial, foi acirrada a rivalidade entre as três principais forças futebolísticas da América do Sul dentro dos campeonatos regionais. Mediante o fortalecimento da afirmação nacionalista por via do futebol, cada encontro se transformava em um verdadeiro combate, comemorado ou criticado a exaustão (AGOSTINO, 2002, p.147).

Durante o governo de Perón na Argentina (1946-1955), não houve confrontos com a seleção brasileira. Em 1950, o governo aconselhou a Associação de Futebol Argentina (AFA) a não participar da Copa, pois temia que os êxitos esportivos conquistados pudessem ser manchados por uma eventual derrota em gramados brasileiros (AGOSTINO, 2006, p.77).

Em 1956, as seleções de Brasil e Argentina voltam a se enfrentar, com uma vitória brasileira. Segundo Agostino (2002, p.170), essa seria uma importante virada na rivalidade entre os dois países, visto que, nesse momento, abria-se caminho para a superação do "platinismo".⁶ A partir daí, com a ajuda da crônica esportiva, o discurso em torno dos históricos embates entre Brasil e Argentina viria a:

"(...) configurar um dos aspectos da moderna invenção da tradição, conforme analisada por Eric Hobsbawn, estabelecendo uma "continuidade com um passado histórico apropriado", que se tornou a tônica central dos enfoques envolvendo as rivalidades platinas" (AGOSTINO, 2006, p.79).

Jucelino Kubistchek também se beneficiou das glórias do futebol. Durante seu governo, o Brasil foi campeão da Copa de 1958, o que condizia com o clima de otimismo de seu discurso de desenvolvimentista de cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo (AGOSTINO, 2002, p.152).

Já durante a ditadura, no governo Médici, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) promoveu uma estratégia de propaganda que envolvia transformar o

⁶ Platinismo é o nome dado a um complexo de inferioridade dos brasileiros durante a década de 1940, quando a Argentina dominava as competições regionais (SANTOS, 2009, p.147). O jogo platino se estabelecia como o modelo a ser seguido pelo Brasil para se equivaler as maiores seleções do continente: Brasil e Uruguai.

presidente em torcedor número um da nação, articulando os êxitos da seleção à imagem de Brasil-Potência que o governo procurava difundir. A comissão técnica de futebol brasileiro passou a contar com a presença de diversos militares. As vitórias da seleção legitimavam o regime e ajudavam a promover a “unidade na diversidade” (AGOSTINO, 2002, p.158-162).

Durante a ditadura brasileira, que coincide em certos momentos com o período da ditadura argentina, as tensões no continente foram maiores, visto o caráter bélico de seus governos. A ênfase na ocupação efetiva da Amazônia e o projeto de construção da usina de Itaipu despertaram a desconfiança dos vizinhos quanto a pretensões imperialistas brasileiras (GONÇALVES e MYAMOTO, 1993). A distribuição de forças começava a mudar no continente, como apontou o chanceler Azeredo da Silveira.⁷

Segundo ele, “(...) Buenos Aires havia perdido os elementos que outrora lhe permitiam atrair e manter estreitas amizades na América do Sul” e a Argentina não possuía mais meios de pressionar o Brasil (SPEKTOR, 2004).

A política externa de Médici é denominada por Gonçalves e Myamoto (1993) como “diplomacia do interesse nacional”, que tinha como grande objetivo tornar o Brasil uma grande potência. Dessa forma, o Brasil procurava o desenvolvimento rápido, estabelecia como o modelo a ser seguido pelo Brasil para se equivaler as maiores seleções do continente: Brasil e Uruguai. por vias individualistas e beneficiado pelo denominado “milagre econômico brasileiro”, de forma fazer parte do clube dos países desenvolvidos.

Segundo Ribeiro (2003), a vitória de 1970 “(...) fortaleceu o imaginário de uma nação moderna e reconhecida como potencia mundial”. Vencer a copa de 1978, na Argentina seria uma forma de legitimação da eficácia do modelo econômico e político brasileiro.

A realização da Copa do Mundo de 1978 foi um grande triunfo para o regime argentino. O presidente da Argentina na época, Jorge Videla, incentivou os jogadores concientizando-os da importância do torneio para o engrandecimento nacional. Mais do que um triunfo de legitimação do regime, as vitórias argentinas significavam uma posição de maior destaque no conjunto de disputas pela hegemonia do Cone Sul (AGOSTINO, 2002, p.184).

Para Simon Kupfer (2010, p.246-247) o debate sobre futebol no Brasil é também um debate sobre que tipo de país este deve ser. Quando Coutinho, Zagalo e Lazaroni⁸ propunham um estilo de jogo mais europeu baseado no grupo e na tática como forma de obter sucesso, estavam propondo também a imitação da Europa como forma de se inserir globalmente, ao contrário de usar suas raízes diferenciadas para buscar o mesmo objetivo. Mais do que um debate esportivo, esse é um debate político, sobre quais relações o país deve priorizar e qual caminho deve seguir para conseguir seus objetivos de inserção internacional e desenvolvimento.

Conclusão

A partir da argumentação de diversos autores utilizados nesse ensaio, pode-se concluir que o futebol constitui um campo de rivalidade e competição política entre países. Apesar de não possuir resultados materiais, as disputas futebolísticas tem significado simbólico e contribuem para a honra e imagem do país. Uma vitória do futebol também

⁷ Chanceler durante o governo Geisel (1974-1979).

⁸ Técnicos da seleção brasileira.

é uma vitória simbólica da superação do outro em termos políticos e/ou econômico.

Da mesma forma, as seleções nacionais carregam um pouco da identidade nacional de cada país, representando simbolicamente suas virtudes e defeitos, forças e fraquezas. O Brasil tem o talento bruto, o potencial, mas ainda é jovem e inexperiente. Quando a seleção brasileira, apesar de suas fraquezas estruturais – juventude, limitações táticas – vence uma seleção europeia, essa é a metáfora de que o Brasil, apesar de seus limites como um país em vias de desenvolvimento, possui o potencial de crescer e se equiparar aos desenvolvidos. Da mesma forma, quando derrota a seleção argentina, sua principal rival no continente sul-americano, é o símbolo de sua hegemonia no continente.

Se durante um determinado período, o Brasil foi dominado por um sentimento de inferioridade em relação aos seus vizinhos platinos, principalmente Argentina e Uruguai, no momento os mais desenvolvidos e ricos do continente, esse sentimento começou a mudar junto com a própria situação política e econômica do Brasil.

As escolhas feitas pelos governos argentinos levaram a um esgotamento de seu sistema de produção, fazendo com que seu poderio e capacidade decaíssem, enquanto a industrialização brasileira dava resultados positivos. Dessa forma, como afirmam Russell e Tokatlian (2003, p.68-70), a diferença nas taxas de crescimento em favor do Brasil, tornou inviável a estratégia argentina de restrição do poder brasileiro através do equilíbrio de poder na região. No entanto, apesar do fim da rivalidade política aberta, não houve a implantação de uma cultura de amizade entre os dois países e a rivalidade esportiva continuou a se fortalecer.

Se no começo da década de 1920, o futebol foi usado como forma de tentar aproximar os países latino-americanos, logo se percebeu que o futebol alimentava as rivalidades

políticas quando não as reproduzia simplesmente. Por isso, durante muitos anos, a seleção brasileira não realizou jogos ou não jogou contra a Argentina. A hegemonia futebolística também simboliza a hegemonia política do país no continente. Por isso, o platinismo durante a época onde Uruguai e Argentina eram os países mais desenvolvidos da América do Sul condiz com a sensação de inferioridade política e econômica do Brasil. Entretanto, as mudanças realizadas na primeira metade do século XX abriram caminho para o crescimento brasileiro que logo iria se impor contra a Argentina principalmente.

A conquista das copas durante os anos 1970 era a demonstração simbólica de um país forte, desenvolvido e apto a fazer parte do primeiro mundo, além de afirmar certa soberania no continente. A propaganda tanto interna quanto externa do futebol era usada como ferramenta de identidade nacional.

A criação de um “outro” argentino, o inimigo do Brasil, ajudou a consolidar a própria identidade brasileira. Assim o futebol fez mais do que fomentar rivalidades esportivas, mas reproduziu e alimentou rivalidades políticas entre Brasil e Argentina. Os discursos de perigo e a desqualificação do “outro” sul americano se manifestaram tanto pelas vias esportivas quanto pelas políticas, confirmando a dinâmica de consolidação de identidade apresentada por David Campbell (1998).

Dessa forma, o futebol por diversas vezes serviu como ferramenta de política externa, veiculando uma imagem de Brasil e também refletindo idéias políticas, como a disputa pela hegemonia regional com a Argentina. Mas se levarmos em conta a divisão entre Política Externa e política externa de David Campbell (1998), podemos concluir que o futebol serviu tanto como um veículo de política externa na consolidação da identidade nacional brasileira, quanto teve papel de Política Externa, reproduzindo e protegendo essa identidade no nível

estatal. Futebol é, muitas vezes, mais que um esporte, é uma metáfora de país, é veículo de identidade e valores, é uma arena de afirmação nacional, regional e mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou Morrer: Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2002.

AGOSTINO, Gilberto. "Nós e Ellos, Nosotros y Eles – Brasil X Argentina: Os inimigos fraternos". In: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. SANTOS, Ricardo Pinto dos. (Orgs). *Memória social dos Esportes. Futebol e Política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006, p.55-80.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das letras, 2008.

CAMPBELL, David. *Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

DRUMOND, Maurício. *Nações em jogo: Esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Edição digital. Rio de Janeiro, Editora Apicuri, 2010.

GONÇALVES, Williams da Silva. MYAMOTO, Shiguenoli. "Os militares na política externa brasileira: 1964-1984". *Estudos Históricos*. vol.6 n.12. Rio de Janeiro, 1993, p.211-246.

GONÇALVES, José Botafogo. LYRIO, Mauricio Carvalho. "Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: Antecedentes, estado atual e perspectivas". *Dossiê Cebri*. Rio de Janeiro, 2003, volume 2, ano 2.

GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo do futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. 1ª Edição. Niterói, EdUff, 1998.

HELAL, Ronaldo. LOVISOLO, Hugo. "Jornalismo e futebol: Argentinos e Brasileiros ou do „amar odiar“ e do „odiar amar“". In: MARQUES, José Carlos (Org). *Comunicação e Esporte: diálogos possíveis*. São Paulo, Intercom, 2007.

HOBBSAWM, Eric. *O apogeu do nacionalismo: 1918-1950*. In: *Nações e Nacionalismos*. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2004.

HOPFT, Ted. "The promise of constructivism in International Relations Theory". In: LINKLATER, Andrew. *International Relations: Critical Concepts in Political Science*. Londres, Routhledge, 2000, p.1756-1783.

KUPER, Simon. *Soccer Against the Enemy: how the world's most popular sport starts and fuels revolutions and keeps dictators in power*. Nova York, Nation Books, 2006.

LIMA, Marco Antunes de. *Brasil e Argentina: mundos rivais e iguais*. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/arquibancada/artigo/442>. Acesso em: 05/01/2011.

LIMA, João Daniel. SANTORO, Maurício. *A diplomacia dos gramados*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 30/06/2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2474>. Acesso em: 15/01/2011.

MESTRE, Alexandre. *Diplomacia Desportiva Internacional*. *Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais*. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/diplomacia_desportiva_internacional.pdf. Acesso em: 07/01/2011.

RIBEIRO, Luiz Carlos. *Brasil: futebol e identidade nacional*. *EF Deportes Revista Digital*. Buenos Aires, ano 8, nº 56, janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd56/futebol.htm>. Acesso em: 05/01/2011.

RUSSELL, Roberto. TOKATLIAN, Juan Gabriel. *El lugar de Brasil en la política exterior argentina*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 2003.

SANTOS, Newton César de Oliveira. *Brasil X Argentina: Histórias do Maior Clássico do Futebol Mundial (1908-2008)*. São Paulo, Scortecci, 2009.

SPEKTOR, Matias. *Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.47, n. 2. Brasília, IBRI, 2004, p.191-222.

WENDT, Alexander. *Structure, agency and culture*. In: *Social Theory of International Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p.139-190.